

1 **Ata 08/2022** – No dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e dois às oito horas e trinta
2 minutos, na Central dos Conselhos, Rua Santo Campagnolo, 1216, Vila Industrial, reuniram-se
3 para **reunião ordinária** os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa –**
4 **CMDI**, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Martha Regina Rohr, Jean
5 Michell Fagundes Bispo, Hiojhana Dalpra, Marcia Franciele Spies, Edilza Gomes Coutinho,
6 Eliana Rebellato, Inês Terezinha Pastório, Magda Ritter, Gilmar Antonio Pozza, Lusineide
7 Clemente Benicio Leal, Francisco Antonio Rauber e Clóvis Lothar Bremer. Registra-se a
8 presença de Jennifer Thays Chagas Teixeira (SMDH) e Patricia Ortigoza Chaves (Lar Irmãos
9 Dentzer). A Presidente do CMDI, Martha Regina Rohr, inicia a reunião cumprimentando a todos
10 e apresentando os seguintes pontos de **PAUTA: a)** Deliberar sobre a ata nº 06/2022; **b)**
11 Deliberar sobre prorrogação na validade do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; **c)**
12 Deliberar sobre Comissão Especial de Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa
13 Idosa; **d)** Deliberar sobre Relatório de Gestão dos Direitos da Pessoa Idosa - 1º quadrimestre
14 2022 (janeiro, fevereiro, março e abril) da Secretaria da Cultura; **e)** Relatos Comissões de
15 Trabalho: - Comissão Técnica; - Comissão Especial Revisão da Lei e Regimento Interno; - c -
16 Comissão Campanha Idade Plena. **INFORMES: a)** Correspondências recebidas e expedidas;
17 **b)** Outros Informes – Dialogar sobre a questão da utilidade pública dos grupos de idosos, algo
18 que foi trazido ao Conselho em reunião anterior. A Sra. Heloísa pede a inclusão de pauta da
19 deliberação da ata nº 07/2022 e pede retificação do ponto de pauta E, substituindo o tópico
20 trazido pela comissão de orçamento. A Sra. Edilza pede inclusão sobre a adesão do município
21 de Toledo ao Pacto Nacional dos da Implementação Direitos da Pessoa Idosa e a constituição
22 da Rede Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, o RENADI. A Presidente coloca ata em
23 votação e a mesma é aprovada pelos presentes. A reunião é iniciada com o último tópico sobre
24 o RENADI, quem apresenta este tópico é Secretária de Políticas para Infância, Juventude,
25 Mulher, Família e Desenvolvimento Humano (SMDH), Jennifer Thays Chagas Teixeira, relata
26 que estiveram em Curitiba no dia 31/05 para conhecer esta proposta que veio do governo
27 federal com intermédio do governo estadual sobre o plano nacional dos direitos da pessoa
28 idosa que faz parte do plano pelo envelhecimento saudável da década de 2020 até 2030, e
29 este pacto em linhas gerais busca a organização dos serviços já existentes. Diz que eles
30 realizaram vários estudos em relação ao plano e ao pacto e que eles não apresentam nenhum
31 tipo de ônus financeiro para o município o que trouxe uma certa insegurança uma vez que
32 quando recebem esse tipo de projeto normalmente tem uma contrapartida, mas que realmente
33 não foi localizado, então o município aceitou fazer parte por entender que a estrutura que o
34 município dispõe hoje é suficiente para fazer parte do pacto. Ela continua dizendo que o pacto
35 estabelece as responsabilidades de cada esfera governamental, federal, estadual, municipal,

36 todos eles com relação a política para a pessoa idosa, dentro das atribuições do município,
37 primeiramente a adesão ao pacto nacional, que casa estado teve um município para fazer
38 parte da implementação de um plano piloto, mas o estado do Paraná teve 6, entre eles Toledo,
39 que foi escolhido devido ao seu tratamento diferenciado com os idosos, tem o CMDI, o Plano
40 Municipal de Políticas para a Pessoa Idosa, os CERTIs, tem os centros de treinamento para a
41 pessoa idosa também, temos o idoso em movimento também, tem uma diversidade de serviços
42 que o município oferece que em outros municípios a estrutura é mais defasada, e nós somos
43 uma referência a nível estadual. Na sequência diz também que uma das atribuições é
44 incentivar a formação de conselhos municipais, o que não é o caso de Toledo, uma vez que já
45 possui o conselho, implementar ações que visem a política de direitos da pessoa idosa, criar o
46 fundo, que nós já temos e não será necessário e fortalecer as redes de proteção aos direitos
47 da pessoa idosa; exemplificando que na rede de proteção fazem parte todas as instituições que
48 atendem direta ou indiretamente a pessoa idosa no município. As ações do pacto entra a
49 criação do conselho ou a criação do fundo, e os programas que vem do pacto nacional, são
50 ações e propostas que vêm para o município executar, não exige contrapartida do município
51 por enquanto, mas também não vem recurso do governo federal, são eles: O programa Viver
52 que é um projeto de inclusão digital de idosos, Estratégia Brasil Amigo da Pessoa idosa que
53 propõe que o município vá adequando a cidade para receber as pessoas idosas sabendo que
54 existe uma previsão de crescimento muito grande dessa população, existe uma previsão para
55 2050 de os idosos serem mais de 30% da população, o programa Solidarize-se, referente as
56 Instituições de Longa Permanência, manutenção e acompanhamento destas instituições, que o
57 município, de certa forma, já tem uma política que olha para isto; Apoio ao Turismo da Pessoa
58 Idosa, existe a proposta e existe, relatos de cidades que adquiriram ônibus adaptados para o
59 fomento ao turismo e lazer da pessoa idosa, equipagem dos Conselhos, com equipamentos de
60 informática, projetor, a Sra. Edilza reforça que no plano a palavra utilizada é doação destes
61 equipamentos, Educar para valorizar e respeitar, o estatuto do idoso na prática, que seria nas
62 escolas, com crianças e adolescente e diz que já existe uma iniciativa muito próxima a esta e
63 que seria só adequar, Fortalecimento das redes de proteção e atendimento à pessoa idosa ,
64 que é uma proposta que a secretaria já está estudando, dialogando com os agentes que
65 trabalham diretamente com isto, e o fortalecimento das ILPIs também, então, o município
66 assinou o pacto. A Sra. Jennifer diz ainda que a ideia é que nos próximos meses haja uma
67 capacitação para os conselheiros, a Sra. Edilza disse que foi entrado em contato com os
68 Conselheiros e os que manifestaram interessa são o Gilmar e a Magda que os nomes já estão
69 registrados em Brasília, e foi solicitado mais três vagas, para a Edilza, a Martha e a Aline, e diz
70 que o Prefeito também indicou a Jennifer para coordenar representando a administração

71 municipal. A Sra. Jennifer continua falando sobre a rede que são vários os atores, mas que
72 todos os que fazem parte vão participar de alguma forma, são eles OAB, Polícia Militar, Polícia
73 Civil, CRAS, CREAS, bombeiros, Conselhos de Direitos, Promotor, a comunidade, Ministério
74 Público, Judiciário. A Sra. Edilza diz que nesta cartilha que está entregando para o pessoal, já
75 tem definido bem certinho o papel de cada um dos atores da rede. A Sra. Martha então
76 comenta que a ideia era apresentar aos conselheiros para ciência e pede deliberação pela
77 ciência da adesão ao pacto e esta é aprovada. **Item de pauta A - Deliberar sobre a ata nº**
78 **06/2022;** A Sra Martha pergunta se todos receberam a ata no e-mail e se tem algum ajuste ou
79 inclusão sugerida, ela relembra que foi uma reunião extraordinária online que a pauta foi sobre
80 deliberar sobre o regimento interno do CMDI e coloca a ata em votação e a mesma é
81 aprovada. A Sra. Martha fala sobre a outra ATA a ser deliberada que é a 07, foi uma reunião
82 presencial que a secretaria de segurança e mobilidade urbana apresentou seu relatório de
83 gestão, a saúde também, teve a deliberação sobre a nova logo e os conselheiros pedem que
84 haja a inclusão da fala do promotor, a qual ele encaminhe-se também para ele os ofício
85 cobrando os conselheiros e secretarias ausentes e que ele tomaria providências, a ata 07 é
86 posta em deliberação e **não** é aprovada neste momento por motivo de inclusão da fala do
87 promotor. **Item de pauta B Deliberar sobre prorrogação na validade do Plano Municipal**
88 **dos Direitos da Pessoa Idosa:** A Sra. Edilza explica que o Plano anteriormente pertencia a
89 secretaria de assistência social e o mesmo venceu em janeiro, mas que em virtude da troca de
90 secretaria entendeu-se a necessidade de mudar o plano. Diz que isso gerou uma discussão
91 interna na secretaria e que algumas alteração já foram propostas com base nas atribuições da
92 SMDH, mas que este plano é elaborado por todas as secretarias e que estão pensando em
93 agendar uma reunião com todas as secretarias para começar os trabalhos, e pra ajudar nas
94 tratativas, o escritório regional pediu para que o plano seja enviado, mas como ele não está
95 atualizado, como estão começando agora a instituir as comissões, que é ela, a Martha e a
96 Magda e elas verificaram que levará um certo tempo para a atualização do plano, outra
97 possibilidade é a prorrogação do Plano até dezembro, mas que o Plano já está em atualização,
98 que há uma reunião marcada para o dia 1º de outubro com as secretarias e que será enviado
99 para cada secretaria o que está no Plano de 2017 para que as secretarias verifiquem o que
100 precisa ser mudado, que esta foi a decisão da comissão na última reunião, mas que é preciso
101 pedir a prorrogação no Conselho. A Sra. Magda complementa dizendo que o Plano tem
102 validade de quatro anos, que venceu em janeiro, mas que o Plano deve ser atualizado e
103 deliberado junto com o PPA, por isso precisam da prorrogação. A Sra. Márcia sugere que o
104 plano seja escrito em forma de e-book, onde cada secretaria tem um capítulo, posteriormente
105 ele seria publicado e quem ajudou a escrever é coautor, que as pessoas poderão acessar o

106 seu conteúdo mais facilmente assim, sugere também que no ofício que for enviado para as
107 secretarias que já seja especificado a formatação que cada secretaria deve enviar o capítulo,
108 pra quem for responsável por editar depois não tenha que formatar tudo. A Sra. Edilza diz que
109 até as tabelas, que é tudo padronizado e diz que aceitam maiores sugestões que é muito
110 importante a contribuição e diz que nada impede que mais conselheiros participem da
111 comissão, mas que por hora precisam da aprovação da prorrogação pra dar tempo de escrever
112 o plano. O Sr. Jean diz que se preocupa porque neste período as secretárias estarão
113 envolvidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) e podem não conseguir fazer as duas coisas,
114 outros conselheiros dizem que isso pode ser interessante, pois ajudaria as secretarias a
115 lembrarem de incluir os idosos no orçamento. A Presidente Martha, diz que o plano foi escrito
116 em 2017, que é um plano intersetorial, foi aprovado pelo Conselho e publicada a resolução
117 11/2017, na composição do texto o plano teve validade até 2021 e por isso é importante a
118 deliberação sobre a prorrogação até dezembro para que haja um fôlego para realizarem a
119 atualização deste importante documento. E assim a presidente coloca o item em apreciação e
120 é aprovada a prorrogação do plano, ela diz que será publicada uma resolução para ficar anexa
121 ao plano, para validar juridicamente o Plano. A presidente diz ainda que houve uma
122 preocupação muito grande, principalmente por parte da Edilza do fato de ficarmos sem plano,
123 porque o tripé é Conselho, Fundo e Plano e ficar sem plano poderia gerar um prejuízo, diz
124 também que paralelo a isso a Edilza já apresentou sugestão de atualização de articulação com
125 a rede, diz que na reunião passada ficaram decididos dois representantes para estar com a
126 Edilza nesse processo de atualização do plano, que foi a Magda e o Clóvis, e que ela também
127 se colocou a disposição para ajudar no processo. A Sra. Edilza diz que ainda não foi
128 oficializada ainda esta comissão, mas que ela gostaria que houvessem mais pessoas
129 envolvidas, que da secretaria tem duas pessoas envolvidas, ela e a assistente social como
130 técnica, que ela já estará indicada pela secretaria de desenvolvimento humano (SMDH) e que
131 precisam de mais gente. O Sr. Jean apresenta como sugestão que a comissão seja apenas
132 uma organizadora dos trabalhos, uma vez que o plano apresenta eixos e cada secretaria é
133 responsável por desenvolver o seu. A Sra. Martha diz que foi enviado ofício solicitando a
134 indicação de um membro de casa seguimento para compor a comissão, incluindo este ano um
135 representante de segurança alimentar, e prazo até dia 18. **Item de Pauta C - Deliberar sobre**
136 **Comissão Especial de Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa** – A
137 presidente pede que a secretária Heloísa leia para quais secretarias foram enviados os ofícios
138 solicitando indicação para a composição da comissão, sendo elas Secretaria de Planejamento,
139 Habitação e Urbanismo, Esporte e Lazer, Saúde, Assistência Social, Educação, Administração
140 na parte da cozinha social de segurança alimentar, mobilidade e urbanismo, de segurança,

141 cultura, as políticas básicas. A Sra. Edilza comenta da importante de trazer as entidades não
142 governamentais para a discussão e a Sra. Martha pede pra Heloísa fazer um ofício para as
143 entidades não governamentais convidando para discutir o plano. Alguns conselheiros, entre
144 eles o Sr. Jean chama atenção para o fato de que as entidades não gov. podem sem
145 chamadas para a discussão, mas quem cria e decide o plano é o governo municipal. A Sra.
146 Martha sugere então que sejam indicados mais conselheiros que já representam o segmento
147 não governamental para integrar a comissão de revisão do plano, ao que todos concordam, e
148 se manifestam para participar, Lucineide, Francisco, Gilmar, a Martha, Inês além dos que já
149 estão inscritos, Clóvis e Magda. Para dar uma pequena orientação aos Conselheiros, a
150 presidente Martha mostra uma legislação municipal que a Magda enviou sobre as Políticas
151 para a Pessoa Idosa. Então a presidente põe em votação esse item de pauta, a criação desta
152 comissão, publicação da resolução e o mesmo é aprovado em plenária. **Item de pauta D -**
153 **Deliberar sobre Relatório de Gestão dos Direitos da Pessoa Idosa - 1º quadrimestre 2022**
154 **(janeiro, fevereiro, março e abril) da Secretaria da Cultura:** A Sra. Heloísa começa
155 relatando que a Secretária Jennifer fez uma fala na reunião dos secretários sobre as
156 importância da participação nos Conselhos e que isso repercutiu bem , ela inclusive está
157 conversando com alguém da Cultura que é a pessoa que vai fazer parte dos Conselhos.
158 Quanto aos relatórios, ela falou com a Cristiane que é quem faz os relatórios, no entanto ao ser
159 questionada sobre vir apresentar ela não respondeu mais, portanto o relatório escrito foi
160 enviado, mas ninguém veio apresentar. A Sra. Edilza sugere que seja acatado o pedido que o
161 promotor fez na última reunião e seja encaminhado pra ele essa questão das ausências não
162 justificadas. A secretária Heloísa comenta que os ofício já foram enviados, da Unioeste e do
163 Sertoleto, mas da Cultura não porque estava havendo um diálogo. Disse também que foram
164 enviados ofícios para os(as) secretários(as) das pastas que estavam faltando, mas que não
165 houve resposta, então ela conversou com o Prefeito Municipal, que pediu para a Secretária
166 Jennifer falar sobre isso na reunião dos secretários e após essa fala que houveram diálogos
167 com algumas secretarias. A Presidente comenta que depois de mais uma falta não justificada
168 fica difícil evitar o envio de ofícios para o promotor com as ausências. A Presidente diz que
169 considerando o tempo hábil também, não seja deliberado o relatório da Secretaria de Cultura,
170 que o próximo já será sobre o próximo quadrimestre. A Presidente pede que conste na ata que
171 o relatório do 1º quadrimestre da Cultura não será mais deliberado nem em próximas reuniões
172 e coloca em votação a publicação de uma resolução publicizando que o relatório não foi
173 deliberado por falta de apresentação, esta deliberação é aprovada em plenária. **Item de pauta**
174 **E - Relatos Comissões de Trabalho: - Comissão Técnica:** A Sra. Márcia informa que não
175 houve reunião; **Comissão de Orçamento:** Os membros dizem que ainda não se reuniram e a

176 presidente Martha sugere que ao final da reunião os membros de reúnam e se organizem pra
177 agendar a primeira reunião e ela e a Sra. Edilza pedem que o Sr. Jean faça parte da comissão
178 pois, ele já tem experiência, e o Sr. Jean aceita e fica decidido que será publicada uma nova
179 resolução com essa alteração; **Comissão de Fiscalização:** Não se reuniram; **Comissão**
180 **Campanha Idade Plena:** Não se reuniram; A presidente então comenta que não há
181 necessidade de deliberações a respeito das comissões. **Item A dos Informes:**
182 **Correspondências expedidas e recebidas:** A Sra. Heloísa comenta que foi enviado ofício
183 para o promotor sobre a falta de participação das entidades, também foi enviado o ofício
184 circular para as secretarias solicitando a indicação de pessoas para participarem da comissão
185 do plano, e algumas secretarias já responderam, mas o que mais têm recebido é a questão do
186 Pacto pela Sejuf, mas que já está tudo organizado. **Item B dos Informes – outros informes:** A
187 Lucineide questiona a respeito da utilidade pública dos grupos de idosos. A Sra. Heloísa que
188 ao ser questionada a câmara informou que foi dada toda a publicidade necessária para a
189 questão, e que o conselho questionou deles então, o porque de solicitar tantos documentos. A
190 Sra. Márcia explica que é um trabalho muito dispendioso e complexo para os idosos, que
191 muitas vezes eles vão levar os documentos pra ela e ela oriento ir direto na câmara, mas que
192 apesar da publicidade, ninguém falou diretamente com os grupos. A Sra. Lucineide pergunta se
193 tem algo que podem fazer enquanto conselho e a Sra. Márcia responde que ela publicizou para
194 todos os grupos, enviou para eles os links para inscrição, a relação dos documentos
195 necessários e pediu que eles enviem para o contator providenciar a documentação. A
196 presidente Martha sugere que a Sra. Márcia como presidente da comissão técnica reúna-se
197 com o pessoal para analisar o pedido da câmara, os ofícios e documentos, veja se tem algo
198 que o Conselho possa fazer e apresente um relatório para a plenária. A presidente Martha
199 então encerra a reunião e agradece a presença de todos. Sem mais, eu, Jaina Caroline
200 Lunkes, encerro a presente ata, a qual será encaminhada pela secretária executiva por e-mail
201 aos conselheiros/as, para apontamentos de eventuais retificações e na próxima reunião
202 ordinária deste conselho, a ata será deliberada e assinada pelos presentes.